



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

----- **ACTA N.º 23/2010** -----

-----Aos vinte e oito dias do mês de Setembro do ano de dois mil e dez, no edifício dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência de José Carlos Alexandrino Mendes, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Mário Américo Franco Alves, José Carlos Nunes Mendes, José Francisco Tavares Rolo, Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Telma da Conceição Correia Martinho e Maria da Graça Madeira de Brito da Silva.** -----

-----Secretariou a presente reunião, o Director do Departamento de Administração Geral e Finanças, João Manuel Nunes Mendes.-----

-----Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram dez horas.-----

-----**RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA**-----

DOC. 1

-----Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria respeitante ao dia 27 de Setembro de 2010, cujo saldo disponível em receita orçamental é de **4.173.491,67 € (Quatro milhões, cento e setenta e três mil, quatrocentos e noventa e um euros e sessenta e sete cêntimos)**, conforme documento em anexo e que fica a fazer parte integrante desta acta. -----

1 - ANTES DA ORDEM DO DIA-----

1.1 – INTERVENÇÃO DO VEREADOR PAULO ROCHA-----

-----**1.1.1 – PEDIDO DE DOCUMENTOS DIVERSOS**-----

-----O Vereador Paulo Rocha referiu-se aos documentos que solicitou na última reunião da Câmara Municipal, questionando o Presidente da Câmara sobre se é sua intenção entregar aos vereadores alguma dessa documentação, nomeadamente o Balancete das GOP's e Orçamento de 2010, datado de 1 de Setembro, a Matriz do PROVERE e a documentação acerca dos dois processos da ADEPTOLIVA em relação ao Sr. António dos Santos Lopes e ao Dr. Fernando Joaquim de Brito Ferreira. -----

-----O Presidente da Câmara informou o Vereador Paulo Rocha que a documentação solicitada, à excepção dos documentos relativos à ADEPTOLIVA, lhe será entregue no final da reunião. -----

-----**1.1.2 – ACTIVIDADE DA AUTARQUIA E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO - REQUERIMENTO**-----

-----O Vereador Paulo Rocha requereu ao Presidente da Câmara que “seja entregue aos vereadores eleitos pelo PPD/PSD nas últimas autárquicas e que assim fazem parte deste executivo, cópia da documentação remetida aos membros da Assembleia Municipal, com referência a cada sessão, sobre a Actividade da Autarquia e Situação Financeira do Município, a qual, consta



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

habitualmente do primeiro ponto da ordem de trabalhos”. Solicitou ainda que essa documentação (I Ponto) lhes seja enviada aquando da sua remessa aos membros da Assembleia Municipal.-----

-----O Presidente da Câmara solicitou ao Director de Departamento da Administração Geral e Finanças para que seja dada a indicação à Dra. Ângela Marques, responsável pela remessa de toda a documentação aos membros da Assembleia Municipal, no sentido de que a referida documentação seja entregue aos senhores vereadores e bem assim para que de futuro passe a enviá-la via *e-mail*. ---

-----**1.1.3 – INAUGURAÇÃO DE EXPOSIÇÃO DO PINTOR PEDRO SALLES**-----

-----O Vereador Paulo Rocha referiu-se à inauguração de uma exposição do Pintor Pedro Salles, que teve lugar no passado Sábado, dia 25 de Setembro, na freguesia de Vila Pouca da Beira, questionando o Presidente da Câmara sobre “qual o envolvimento da autarquia na referida iniciativa bem como dos custos tidos com a mesma”. Teceu ainda algumas considerações relativamente àquilo que pensa terem sido meios públicos cedidos na promoção de entidades privadas, nomeadamente a cedência de grades metálicas de segurança, e tendas que julga serem propriedade da ADEPTOLIVA, sublinhando que “não me parece que seja de bom tom que isto aconteça, sob pena de se abrirem alguns precedentes que podem no futuro condicionar a actuação do executivo em relação a outros pedidos”. -----

-----Sobre o assunto, o Presidente da Câmara deu conta que a exposição em causa resultou de uma organização conjunta entre a Junta de Freguesia e o pintor Pedro Salles, esclarecendo que a Câmara Municipal apenas apoiou a Junta de Freguesia na divulgação do evento, cujo custo não terá ultrapassado os 1.000,00 € (Mil euros).-----

-----O Vereador Paulo Rocha reafirmou o facto de terem sido cedidos meios públicos, para promoção do referido evento, esclarecendo que apenas pretende alertar para esta situação a fim de evitar situações idênticas. -----

-----**1.1.4 – CONSTRUÇÃO DE UMA PISCINA NA FREGUESIA DE SEIXO DA BEIRA**-----

-----O Vereador Paulo Rocha referiu-se ainda às respostas dadas pelo Sr. Presidente da Câmara na última sessão da Assembleia Municipal, nomeadamente no que diz respeito à construção de uma Piscina na sede de freguesia de Seixo da Beira, lembrando que, formalmente, nunca foi dado conhecimento ao executivo de que o projecto em causa já estaria a ser desenvolvido, da estimativa de custos, nem da necessidade de efectuar alterações àquele que seria um projecto inicial sobre a construção de uma piscina na freguesia de Seixo da Beira. Mais referiu que, tal como era do conhecimento do Sr. Presidente da Câmara, apesar de se tratar de um assunto que não foi presente a reunião da Câmara Municipal, os vereadores eleitos pelo PPD/PSD sabiam que o projecto em apreço já estava a ser desenvolvido, pelo que, em tempo oportuno, teve o cuidado de, particularmente, transmitir a sua opinião sobre o mesmo ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia, nomeadamente no que diz respeito à cobertura daquela infraestrutura. Disse ainda que, na sua opinião, e tendo em conta que os meses de Verão que permitem usar uma piscina descoberta serão no máximo 3, e que os meses de Inverno, em que tal não será possível, serão no máximo 9, entende que seria de bom tom, sob pena de se tornar algum desperdício de dinheiro, que o Sr. Presidente da Câmara equacionasse com os serviços técnicos da autarquia a cobertura daquele equipamento recorrendo a soluções mais acessíveis que possam permitir a sua utilização durante o ano inteiro por parte dos habitantes das freguesias de Seixo da Beira, Vila Franca da Beira e Ervedal da Beira. Relembrou no entanto que o executivo nunca teve conhecimento deste projecto, deduzindo que o



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

mesmo tenha decorrido no âmbito das competências que são delegadas no Sr. Presidente da Câmara. -----

-----Sobre o assunto, o Presidente da Câmara referiu que, tal como foi dito pelo Vereador Paulo Rocha, tratou-se efectivamente de um procedimento que desenvolveu no âmbito das suas competências, admitindo no entanto que deveria ter dado conhecimento dessa situação aos senhores vereadores. Mais referiu que, à semelhança do que afirmou na última sessão da Assembleia Municipal, os trabalhos de construção da piscina foram suspensos por se ter verificado que o projecto inicial não considerava as dimensões necessárias e suficientes para um equipamento daquela natureza, que se prevê não venha a servir apenas a freguesia de Seixo da Beira mas também a população das sedes de freguesia, e anexas mais próximas de Seixo da Beira. Disse ainda que no seguimento de uma reunião tida com o Sr. Secretário de Estado do Desporto foi “desafiado” a repensar alguns projectos para Oliveira do Hospital ao nível de equipamentos desportivos que possam vir a ser contemplados num linha de financiamentos que pensa vir a abrir no início do ano de 2011, possibilidade que, como referiu, o executivo em permanência tem estado a equacionar. Entende assim que, prevendo-se esta possibilidade, a Câmara Municipal deve apostar num projecto que inclua a remodelação/construção de um novo equipamento para as piscinas municipais e bem assim a beneficiação e remodelação do Parque dos Marmelos para o qual já dispõe de um estudo prévio. Disse ainda que, ao contrário do que é dito, está determinado em procurar conciliar algum equilíbrio entre as populações das freguesias de Ervedal da Beira e de Seixo da Beira, razão pela qual pensou num projecto desta natureza para aquela freguesia.-----

-----1.1.5 – PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES DAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR-----

-----O Vereador Paulo Rocha referiu-se também ao procedimento concursal para admissão de docentes para as Actividades de Enriquecimento Curricular desenvolvido pelo Município de Oliveira do Hospital, e à polémica que envolve as listas de classificação final desses concursos, nomeadamente no que diz respeito à hierarquização dos candidatos, dando conta que lhe foi relatada uma situação que, para além de lhe parecer estranha, na sua opinião, não abona nada em favor da isenção e da transparência que devem ser timbre deste tipo de procedimentos. Deu igualmente conta que a situação a que se refere tem a ver com um candidato que terá ficado classificado em penúltimo lugar num concurso promovido pelo Município de Oliveira do Hospital, e em primeiro lugar num concurso promovido por um concelho vizinho, situação que considera ser muito estranha. Salientou ainda que “como todos sabemos, a maior parte dos candidatos desta zona e que terão habilitações para o efeito concorrem em Oliveira do Hospital, Seia, Tábua e Arganil, porque nunca se sabe onde é que poderão ficar colocados”, referindo no entanto que a autarquia em causa também é gerida pelo Partido Socialista, o que, no seu entender, demonstra, à partida, que não terá sido uma atitude de discriminação política por parte dessa autarquia. Recordou ainda o Presidente da Câmara que numa entrevista que deu aquando do balanço dos primeiros seis meses de mandato, e que teve a oportunidade de ler, dizia que “...tinha anulado um concurso...que terá sido desenvolvido próximo do final do mandato 2005/2009... que lhe pareceu influenciado por motivos políticos...”. Prosseguiu referindo que “também me parece agora que está a existir alguma política neste concurso, alguma discriminação, para não dizer outras coisas...”. Referiu igualmente que “não queria, no futuro, que o Sr. Presidente da Câmara tivesse que gastar mais dinheiro, e dirijo-me ao senhor porque é o representante máximo, independentemente de ter sido o senhor ou não, a fazer parte do júri ou a decidir a classificação dos candidatos e como dizia, não quero que, no futuro, o Sr. Presidente da Câmara tivesse que gastar mais dinheiro a mudar um *slogan* que tem sido



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

colocado nos contentores dos resíduos e que está na página Internet, e que diz o seguinte “a prioridade são as pessoas” que, eventualmente, a confirmar-se isto, que eu acho que é muito grave, o Sr. Presidente teria que mandar colocar ou acrescentar nesses autocolantes “*connosco a prioridade são as pessoas que votam em nós ou que nos apoiam*” e, eu espero que isso não aconteça”.

-----O Presidente da Câmara esclareceu que não interveio no processo concursal em causa, lembrando no entanto que situações deste género também ocorreram em anteriores mandatos. Disse ainda que, na sua opinião, a graduação e o tempo de serviço são critérios que, só por si, não dão qualidade a um professor. Admitiu não ter dados suficientes sobre a forma como decorreu o referido processo concursal mas garante não terem existido razões políticas nas decisões tomadas pelo respectivo júri do concurso.

-----O Vereador Mário Alves disse no entanto ter conhecimento que houve duas pessoas com responsabilidades políticas na autarquia que adulteraram a lista de classificação definitiva.

-----O Presidente da Câmara disse considerar graves as afirmações/ acusações proferidas pelo Vereador Mário Alves pelo que agradecia que aquele responsável comprovasse e denunciasses tais situações. Mais referiu que “quando há concursos, há sempre o “diz que disse”, há e houve sempre”.

-----O Vereador José Carlos Mendes disse entender que, de futuro, e para se evitarem situações desta natureza, o júri deve de imediato alertar os concorrentes de que as entrevistas poderão ser assistidas.

-----O Presidente da Câmara disse ainda ter conhecimento que o desempenho de alguns dos professores das AEC e que já leccionavam a alguns anos nesta área não era muito bom.

-----Ao que o Vereador José Carlos Mendes referiu entender que a realização desse tipo de avaliação cabe ao Agrupamento de Escolas respectivo.

-----O Vereador Mário Alves disse entender que o conceito de avaliação varia de pessoa para pessoa pelo que, em situações de dúvidas, deve recorrer-se à aplicação do Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública – SIADAP.

1.2 – INTERVENÇÃO DO VEREADOR MÁRIO ALVES

-----1.2.1 – REUNIÃO DE 14 DE SETEMBRO DE 2010 - PROPOSTA DE HOMENAGEADOS

-----O Vereador Mário Alves referiu-se à proposta de homenageados apresentada em reunião da Câmara Municipal de 14 de Setembro, nomeadamente quanto à forma “abespinhada” como o Vereador José Francisco Rolo se referiu ao resultado da mesma. Disse igualmente que a referida votação em seu entender “foi feita democraticamente, conforme contempla a lei por escrutínio secreto, e que através dessa votação chumbou uma das propostas apresentadas, como muitas outras proposta podem vir a ser chumbadas se assim a maioria o entender porque por isso é que este órgão é um órgão colegial”. Declarou ainda que “a democracia é feita de convicções e não de negociações, e portanto, eu sou uma pessoa de convicções e privilegio a convicção à dita negociação. É que o negócio “cheira” sempre a qualquer coisa que não é muito lógico, e portanto gostaria aqui de deixar esta minha palavra de indignação com a posição do Sr. Vereador José Francisco Rolo e dizer que o acto foi um acto politicamente correcto, totalmente democrático e tendo em consideração a legislação que rege o funcionamento deste executivo.” Mais referiu que “não pense também o Sr. Presidente da Assembleia Municipal que condiciona a acção do executivo, porque a Câmara Municipal é o órgão executivo e a Assembleia é o órgão deliberativo sendo que, cada um tem as suas funções específicas. Agora, eu não tenho culpa que, quer o Sr. Presidente da



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Câmara, quer o Sr. Presidente da Assembleia, tenham adulterado os processos, porque o que a lei diz é que “a Câmara aprova nomes e propõe à Assembleia, não diz que a Assembleia cria um grupo de trabalho que chega a consenso sobre nomes e que os nomes vêm a reunião de executivo e que este por sua vez aprova os nomes que eles acordaram. Não, é precisamente o contrário, a Câmara aprova nomes e submete à deliberação da Assembleia, porque se o Sr. Presidente da Assembleia pensa que condiciona alguém, do executivo, nomeadamente do PSD, está enganado, não condiciona ninguém do PSD, porque nós temos liberdade total na acção para decidir aquilo que entendermos e antes do Sr. Presidente da Assembleia vir para cá já nós cá estávamos, sabemos bem como tudo funciona. Agora, se o Sr. Presidente da Assembleia entende que deve governar o município a “meias” com o Sr. Presidente da Câmara, isso é um problema do Sr. Presidente da Câmara e não é um problema do PSD”.-----

-----**1.2.2 – EMPREITADA DE “REMODELACÃO DA CASA DOS MAGISTRADOS PARA BIBLIOTECA MUNICIPAL”**-----

-----O Vereador Mário Alves referiu-se à empreitada em epígrafe salientando que “o Sr. Presidente da Câmara faltou à verdade quando aqui trouxe uma proposta relativamente à Biblioteca Municipal, que depois retirou. E faltou à verdade porque nessa reunião em que eu disse claramente que “considerava que era uma irresponsabilidade política de último grau aquilo que estava a ser proposto”, o Sr. Presidente disse que “para além de já ter reunido com os responsáveis pelo IPLB também tinha a informação de que “não haveria problemas com a questão do financiamento, porque o financiamento podia perfeitamente ser transferido para a nova obra que se viria a fazer”, e vem agora, na Assembleia Municipal, no último Sábado, dizer o contrário daquilo que disse aqui, dizendo que “uma das razões para a continuação da Biblioteca é de que não havia possibilidades de se transferir a comparticipação do QREN, e portanto, isso levou-o a que tivesse ponderado a situação e mantivesse a execução da Biblioteca”. Declarou ainda que “gostaria de deixar aqui este registo, porque o Sr. Presidente da Câmara faltou à verdade quando trouxe aqui essa proposta, que depois retirou”. Disse ainda entender que “a política tem que ser feita com coerência com correcção e com transparência, pelo que, quanto a essa posição, uma das duas versões não corresponde à verdade”.-----

-----O Presidente da Câmara explicou que no seguimento de contactos estabelecidos com quem de direito foi informado de que a verba disponibilizada para a concretização das obras da Biblioteca Municipal poderiam transitar para outro projecto, informação que acabou por não se confirmar a partir do momento em que é novamente informado de que se a verba disponibilizada não fosse aplicada até 31 de Dezembro, a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital perdia o direito à mesma. Assim e perante todo este dilema o executivo em permanência entendeu por bem não perder a verba atribuída ao Município de Oliveira do Hospital, decidindo assim pela continuidade do projecto naquele espaço. Prosseguiu afirmando que havia dito a verdade e que em virtude de se terem verificado algumas modificações nas condições apresentadas, apenas colocou os interesses da Câmara Municipal em primeiro lugar, como aliás sempre fez e fará. -----

-----**1.2.3 – ÁGUAS DE PORTUGAL /ÁGUAS DO ZÊZERE E CÔA**-----

-----O Vereador Mário Alves referiu-se às empresas em epígrafe, lamentando que as pessoas que estiveram nas primeiras reuniões de negociação não estejam ainda na Águas do Zêzere e Côa, sublinhando que “aqui, nesta mesma mesa, eu tive a oportunidade de dizer que entendia que “a Barragem da Sra. do Desterro não tinha água suficiente para abastecer três concelhos, e fiquei



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

surpreendido, até porque o Sr. Presidente deveria ter dado essa informação ao executivo e nunca a deu, quando verifiquei, na informação que foi enviada para a Assembleia Municipal, de que, afinal, a água, no período de Verão, só não faltou porque foram activadas as nossas captações, nomeadamente a captação do Vale do Alva, e a captação do Seixo da Beira, e eu duvido que não tenha sido accionada mais alguma”. Prosseguiu referindo que a empresa Águas do Zêzere e Côa, no caso concreto da captação de Seixo da Beira, não compensou o Município em absolutamente nada em termos de renda, sublinhando que “se assim é, eu entendo que o Sr. Presidente da Câmara deve novamente renegociar essa questão e ser incluído também os custos da captação de água de Seixo da Beira”. Lembrou no entanto que, à data, até foi feita uma página de jornal em que o Presidente da Câmara votou sozinho, vencido, aquando da adesão a Águas do Zêzere e Côa, lembrando igualmente que até em relação à qualidade da água se escrevia nos jornais. Questionou assim “então e este verão não escreveram nada sobre a qualidade da água, nem fizeram aí prévias manifestações sobre a qualidade da água, é estranho...” Registou ainda a notícia recentemente veiculada pela comunicação social relativamente à aquisição das viaturas topo de gama pela empresa Águas de Portugal, detentora da maioria do capital social na empresa Águas do Zêzere e Côa, lembrando o que durante anos disse na Assembleia Municipal em relação aos vencimentos dos administradores da mesma e bem assim sobre a utilização indevida das viaturas desta, recordando ainda que aquando de um torneio de futsal realizado em Oliveira do Hospital, mais uma vez os vereadores do PSD chamaram à atenção para esse facto e sugeriram inclusive ao Sr. Presidente da Câmara, que numa Assembleia-Geral das Águas do Zêzere e Côa colocasse essa questão, frisando que “o dinheiro é de quem paga”. Concluiu referindo que “afinal, passei a ter razão muito mais cedo do que aquilo que esperava relativamente a esta matéria”. -----

-----Em face do exposto, o Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal de um despacho da Sra. Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território, referente à aprovação das tarifas a cobrar para o corrente ano, cuja cópia distribuiu pelos senhores vereadores, para conhecimento. -----

-----Os senhores vereadores, entre várias intervenções, teceram algumas considerações, manifestando a sua preocupação relativamente a diversas situações relacionadas com o assunto. ----

-----O Vereador José Carlos Mendes alertou o Presidente da Câmara para a necessidade de ser encontrado um sistema de alerta que, ligado directamente a cada um dos depósitos existentes nas freguesias, detecte a existência de fugas de água ou eventuais ligações directas, lembrando que o mesmo deveria ser feito em relação às redes de saneamento a fim de evitar as grandes descargas directas de águas pluviais que é feita em muitos dos casos em habitações -----

-----O Vereador Mário Alves explicou que as ligações directas nem sempre são a razão dos elevados consumos de água nas freguesias, lembrando que na freguesia de Lagares da Beira uma das causas prováveis para a fuga de água são as velhas canalizações existentes em zonas rochosas onde é difícil detectar as mesmas porque a água acaba por se sumir entre o solo. Lembrou ainda que há locais em que as perdas de água são superiores a 70%.-----

-----**1.2.4 – LANTERNAS RETIRADAS DO LARGO RIBEIRO DO AMARAL**-----

-----O Vereador Mário Alves referiu-se também às lanternas retiradas do Largo Ribeiro do Amaral, em Oliveira do Hospital, registando o facto de ter ficado em acta, da última reunião da Câmara Municipal, que duas delas foram aplicadas na localidade de Gramaça. Lembrou no entanto que pretende saber efectivamente onde é que as restantes lanternas foram colocadas, porque ao contrário da informação dada pelo Sr. Presidente da Câmara, tem conhecimento de que as outras se encontram num local privado e não no estaleiro da Câmara Municipal.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Presidente da Câmara referiu que o Vereador Mário Alves, sabendo onde é que as lanternas se encontram, deveria denunciar essa situação, informando no entanto que iria solicitar aos serviços externos uma relação que dê conta da sua distribuição.-----

-----**1.2.5 – RECONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO, EM FIAIS DA BEIRA**-----

-----O Vereador Mário Alves fez ainda referência à questão que também formulou na anterior reunião acerca da execução de obras de reconstrução de uma habitação particular, na localidade de Fiais da Beira, pelos serviços da autarquia, dado que, na altura, o Presidente da Câmara não lhe respondeu. Lembrou tratar-se de uma questão que nunca foi analisada em reunião da Câmara Municipal, sublinhando que, o que está em causa é um subsídio em género pelo que deveria ter sido aprovado pelo executivo, verificando ainda a ausência de qualquer registo em acta relativamente a essa matéria. Concluiu referindo que, apesar do Presidente da Câmara não lhe ter respondido a esta questão, também não quis insistir com a mesma, dado tratar-se de uma reunião pública e estar na presença da comunicação social.-----

-----O Presidente da Câmara esclareceu que não se tratou de má intenção da sua parte e referiu que não foi pelo facto do assunto ter sido abordado numa reunião pública, que não respondeu à questão, e que só não o fez por mera distração. Disse ainda que irá diligenciar no sentido de que a situação seja regularizada em posterior reunião. -----

-----**1.2.6 – CURSOS DE FORMAÇÃO NO ÂMBITO DO POPH**-----

-----Sobre o assunto em epígrafe, o Vereador Mário Alves questionou o Presidente da Câmara relativamente aos cursos, sublinhando que “eles existem, têm nome, e eu quero saber, até para verificar se há ou não repetição de cursos relativamente ao que foi feito num passado ainda muito recente, acerca desta matéria”. -----

-----Sobre o assunto, o Presidente da Câmara disse não ter de momento a informação solicitada pelo que faria chegar *a posteriori* ao senhor vereador uma listagem cedida pela CIMPIN relativamente a esta matéria.-----

-----O Director do Departamento de Administração Geral e Finanças referiu que no que diz respeito ao Município de Oliveira do Hospital a escolha dos cursos resultou de um plano de formação interno realizado na Câmara Municipal.-----

1.3 – INTERVENÇÃO DO VEREADOR JOSÉ CARLOS MENDES-----

-----**1.3.1 – REABERTURA DA PISCINA MUNICIPAL COBERTA**-----

-----O Vereador José Carlos Mendes começou por se referir à Piscina/Tanque de água quente, registando o facto de verificar que a mesma ainda está fechada, quando normalmente abriria depois de fechar a piscina exterior. Disse ainda que aquilo que se comenta é que a piscina em causa está fechada porque vai sofrer uma remodelação. Referiu no entanto estranhar que essa remodelação não tenha sido realizada na época de Verão, durante o período em que se encontrou encerrada ao público, para que agora estivesse em condições de servir os seus utilizadores tendo em conta que é a única infraestrutura deste género existente no concelho. Disse assim considerar fundamental que aquele equipamento abra ao público o mais rapidamente possível.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----A Vereadora Graça Silva esclareceu que aquele equipamento esteve encerrado para realização de pequenas obras de manutenção pois apesar de se verificar a necessidade de realizar obras de fundo no mesmo, essa intervenção não irá ser feita agora. -----

-----1.3.2 – EXECUÇÃO DE REDE DE SANEAMENTO BÁSICO E REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA AO DOMICÍLIO -----

-----O Vereador José Carlos Mendes referiu-se à intervenção do Sr. Presidente da Câmara na última sessão da Assembleia Municipal em relação à resolução de vários problemas de necessidades básicas existentes no concelho, requerendo ao Presidente da Câmara informação acerca dos projectos que existem relativamente a essas áreas e daqueles que se encontram a ser realizados. Solicitou igualmente informação ao Presidente da Câmara acerca das obras que o executivo em permanência pretende incluir no Orçamento para execução no ano de 2011, ou seja, saber qual é que é a realidade relativamente a este assunto. Prosseguiu manifestando a sua preocupação com esta questão pelo facto de considerar que “mexe ainda com necessidades básicas da população do concelho de Oliveira do Hospital”, entendendo assim que a Câmara Municipal tem aprovado vários financiamentos que no seu entender não são tão necessárias como serão as do saneamento básico. -

-----O Presidente da Câmara disse ter reunido com a Dra. Isabel Damasceno, e que entre outros assuntos, foi abordada a possibilidade desta questão ser ultrapassada através da apresentação de uma candidatura que englobe diversas obras desta natureza;-----

-----1.3.3 – ATRIBUIÇÃO DE MEDALHAS A HOMENAGEADOS -----

-----O Vereador José Carlos Mendes referiu ainda que na última sessão da Assembleia Municipal, aquando da intervenção do Sr. Presidente da Câmara acerca da proposta de homenageados, entendeu que, apesar de lhe apeter intervir na altura, achou que não o deveria fazer e por conseguinte esquecer o assunto uma vez que estava consciente de que havia feito aquilo que estava correcto e que estava de acordo com o respectivo Regulamento de Títulos Honoríficos do Concelho. Prosseguiu referindo que aquilo que o Sr. Presidente disse não corresponde à realidade, sublinhando que “se ler o regulamento irá perceber que eu não tomei uma posição em 2004 e outra agora, pelo contrário, mantive a mesma posição até porque são casos distintos. O General Hugo dos Santos nasceu e viveu em Oliveira do Hospital e distinguiu-se a nível nacional”. -----

-----Ao que os vereadores do PSD referiram ainda tratar-se de uma personalidade que “interveio no 25 de Abril e que permitiu a todos nós estarmos aqui”, sublinhando que “caso contrário, nem a democracia havia”. -----

-----O Vereador José Carlos Mendes prosseguiu dirigindo-se ao Presidente da Câmara referindo que “se ler o regulamento está prevista essa situação. Já o Dr. Henrique de Barros, a quem não tiro o valor que merece, não é natural de Oliveira do Hospital”. Disse igualmente que, após ter solicitado informação a pessoas residentes nos Fiais da Beira, foi-lhe dito que o Dr. Henrique de Barros raramente vinha a Fiais da Beira assim como também não convivia com a população, relevando no entanto o facto de este ter cedido um apoio financeiro para o Lar. Mais referiu que, na sua opinião, esta polémica só acontece porque o processo foi mal conduzido pelo Sr. Presidente da Câmara. Salientou ainda que o que consta do regulamento é que a atribuição destes prémios é feita pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal. Registou ainda o facto de ter ouvido o Sr. Presidente da Assembleia Municipal fazer referência a uma reunião tida com os representantes dos partidos com acento naquele órgão com vista à indicação de possíveis homenageados, lembrando que “a mim nunca ninguém me falou para representar nessa reunião, ou seja, eu ou a Sra. Vereadora



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Telma Martinho, o Grupo dos Independentes como executivo da Câmara Municipal”. Mais referiu que “o Sr. Presidente da Câmara também falou aqui de que era necessário um nome dos Independentes com assento da Assembleia Municipal para ir discutir esta situação, e eu indiquei a Dra. Luísa Vales. A Dra. Luísa Vales esteve presente nessa reunião mas também não me disse que deveria estar lá um representante da Câmara Municipal, até porque o Sr. Presidente já é o representante da Câmara Municipal”. Entende assim que essa comissão só teria lógica tendo um elemento de cada uma das forças políticas com acento na Assembleia Municipal e um elemento de cada uma das forças políticas representadas na Câmara Municipal. Esclareceu igualmente que só teve conhecimento dessa reunião através da Dra. Luísa Vales quando esta o abordou sobre a questão em causa. Disse ainda considerar que a forma como decorreu todo o processo de auscultação é que não esteve bem, assim como considera que o Sr. Presidente da Câmara nunca deveria ter levado esta questão a discussão numa reunião pública por entender que não era isso que iria condicionar a posição de cada membro do executivo, sendo natural que cada um expressasse publicamente o seu sentimento sobre o assunto. Concluiu referindo que o processo esteve mal “não por parte dos Vereadores do Grupo de Independentes Oliveira do Hospital Sempre ou dos vereadores do PSD, mas porque não foi, na nossa perspectiva, conduzido da melhor forma”. Manifestou o seu desagrado pela forma como foi conduzido todo o processo, esclarecendo no entanto que só não interveio na altura para não criar mais polémicas e desvalorizar as medalhas que estavam a ser atribuídas.-----

-----Sobre o assunto, o Presidente da Câmara esclareceu que tal como referenciou na Assembleia Municipal também no final de uma das reuniões da Câmara Municipal, em que o assunto foi abordado, deu conta da sua intenção em reunir com as diferentes comissões políticas concelhias tendo em vista a recolha de sugestões. Disse ainda que nessa reunião teve o cuidado de transmitir a posição vertida pelos Vereadores Mário Alves e José Carlos Mendes, em reunião da Câmara Municipal, e que cada um dos representantes das diferentes forças partidárias que esteve presente apresentou cerca de cinco a seis nomes para “negociação”. Referiu no entanto que, com base na negociação efectuada, quer com o Sr. Esteves (PSD), quer com a Dra. Luísa Vales (OHS), achou que todos teriam concordado os nomes propostos.-----

-----O Vereador José Carlos Mendes lembrou no entanto que os elementos referenciados são representantes da Assembleia Municipal e não da Câmara Municipal. -----

-----A Vereadora Telma Martinho referiu que, após uma leitura mais atenta ao respectivo regulamento, os vereadores do Grupo de Cidadãos Independentes do Oliveira do Hospital Sempre – OHS, entenderam que o nome apresentado pelo executivo em permanência não correspondia aos preceitos legais constantes do referido diploma, entendendo assim que, descoberto o erro, jamais o poderiam voltar a reafirmar. -----

-----O Presidente da Câmara esclareceu que o objectivo da dita reunião era procurar chegar a um consenso relativamente a esta matéria, reconhecendo no entanto que, o General Hugo dos Santos, tendo nascido em Oliveira do Hospital, marca efectivamente a diferença. -----

-----O Vereador José Carlos Mendes salientou que caso tivesse estado presente na referida reunião ter-se-ia oposto a determinados nomes que foram apresentados, até porque, do que soube depois dessa reunião, os nomes que foram aprovados resultaram todos de uma proposta apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal. -----

-----O Presidente da Câmara esclareceu que o nome do Sr. Correia Dias foi apresentado pelo Sr. Esteves (PSD), sublinhando que o nome do Sr. Aristides Gonçalves era proposta quer do Sr. Esteves, quer da Dra. Luísa Vales. -----

-----O Vereador Mário Alves referiu que a pessoa que apresentou a proposta de votação do nomes chumbado em Assembleia Municipal “não sabe o que faz e que até “tem a mania que sabe de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Direito””. Lembrou ainda que não é por acaso que a lei determina que a votação, nestes casos, seja efectuada mediante escrutínio secreto. -----

-----O Vereador José Francisco Rolo dirigindo-se ao Vereador Mário Alves, referiu que “isso é uma insinuação grosseira que está a fazer, é mais uma...O senhor diz com toda a desfaçatez que o Dr. Rodrigues Gonçalves “tem a “mania” que sabe de Direito, o facto de ele hoje exercer as funções que exerce, e os conhecimentos em matéria de Direito que tem que aplicar nessas funções, creio que servem para o esclarecer Sr. Vereador”. Prosseguiu referindo o seguinte “depois como o Sr. Vereador Mário Alves se dirigiu expressamente a mim, quero dizer que não comento a linguagem que utilizou, é o seu estilo habitual e eu não uso essa linguagem. Mas digo-lhe com toda a frontalidade eu respeito e sempre respeitei as votações democráticas e digo-lhe, já o demonstrei aqui, nesta casa, durante oito anos, como vereador eleito, mesmo quando ostensivamente me mandavam calar, e nunca me calei, porque também não sou fácil de calar, nem nunca me deixarei silenciar. Sim, também tenho convicções, fortes e firmes, inquebrantáveis. Sim, também sempre dei a cara pelas minhas convicções e paguei as minhas próprias convicções” Concluiu referindo que “o nome e agraciamento do nome do Prof. Dr. Henrique de Barros, quanto a mim, muito humildemente, honraria o nome de Oliveira do Hospital e por isso é que o defendi”-----

-----Os senhores vereadores esclareceram que aquilo que esteve em causa não foi o nome do Prof. Dr. Henrique de Barros, mas sim todo o procedimento que conduziu este processo. -----

-----O Presidente da Câmara esclareceu que, caso não se tivesse realizado a reunião preparatória de que falou, certamente que não teria surgido toda esta discussão, quis com essa reunião reunir consensos mas pelos vistos não foi assim entendido. -----

2 - ORDEM DO DIA -----

2.1 - REVISÃO DO PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DE OLIVEIRA DO HOSPITAL-----

D.S.T/DOC.2

-----No seguimento da deliberação camarária de 17 de Agosto de 2010, e findo o período de discussão pública, foi presente pelo Presidente da Câmara o ‘Relatório de Ponderação das Participações Recebidas em Sede de Discussão Pública’. Tendo em conta que não houve entrada de qualquer sugestão, informação, reclamação e pedido de esclarecimentos, a Câmara Municipal ponderou e deliberou, por unanimidade, considerar a presente Proposta de Plano de Pormenor a Versão Final, submetendo-a à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 79º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na sua actual redacção, conjugado com o disposto no artigo 53º, n.º 3, alínea b), da Lei 169/99, de 18 de Janeiro, na sua actual redacção, conforme documentos que se anexam, e que ficam a fazer parte integrante desta acta.-----

----- Do mesmo modo, para os devidos efeitos, uma vez que a proposta de revisão do plano propõe a reclassificação de solo rural em solo urbano e procede à alteração do uso e ocupação previstos no PDM em vigor, foi igualmente deliberado proceder a uma Alteração por Adaptação do PDM de Oliveira do Hospital nos termos do disposto 97º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na sua actual redacção, cujas normas do PDM alvo de alteração a seguir se transcrevem, para efeitos do disposto no número 3 do artigo 25º do mesmo diploma, submetendo-a igualmente à aprovação da Assembleia Municipal: -----

-----“Na Planta de Ordenamento do PDM de Oliveira do Hospital, a ocupação, uso e transformação do solo na área de intervenção do Plano de Pormenor, está quase toda ela enquadrada na Categoria de ‘Espaços Industriais Existentes’, sendo aplicáveis as disposições



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

da secção III (artigos 31º, 32º e 33º) do Regulamento do PDM. É também aplicável o artigo 62º, relativo a planos de ordenamento, que mantém eficazes os estudos de ordenamento de iniciativa municipal ratificados à data de entrada em vigor do PDM. -----

-----A proposta de revisão do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Oliveira do Hospital procede a alguns ajustes à área de intervenção inicial, procedendo à reclassificação e requalificação do solo, designadamente:-----

- Reclassificação do solo rural para solo urbano de uma faixa localizada na parte norte do plano, com 3.874,00 m², destinada a integrar ‘área verde de protecção e enquadramento’.-
- Reclassificação do solo urbano para solo rural, de uma faixa localizada também a norte da área de intervenção do plano com 13.857,00 m². Esta área deixa de estar afecta a ‘Zona de Protecção’ do plano em vigor, para integrar ‘Espaço Florestal’ e ‘Espaços Agrícolas’ do PDM em vigor, neste caso nas categorias de ‘Áreas Agrícolas integradas na Reserva Agrícola Nacional’ e ‘Áreas Agrícolas Complementares’. As áreas referidas passam a ser aplicáveis as seguintes disposições do Regulamento do PDM: Espaços Florestais: artigos 44º, 45º, 46º e 47º; Espaços Agrícolas: artigos 36º, 37º, 38º, 39º, 40º, 41º, 42º e 43º.-----
- Requalificação de ‘Espaço Industrial Existente’ para a categoria de ‘Aglomerado Urbano de Oliveira do Hospital’, subcategoria ‘Áreas Consolidadas em Aglomerados Urbanos’. A esta área passam a aplicar-se os artigos 12º, 13º, alínea a), 21º, 22º, 23º e 24º do regulamento do PDM. -----
- A ‘Área Verde de Protecção e Enquadramento’ proposta na Planta de Implantação procede à reclassificação de ‘Espaço Florestal’ do PDM em vigor para ‘Espaço Industrial’ e ‘Espaço Canal’, sendo aplicáveis, neste último caso, as disposições dos artigos 54º, 55º, 56º e 57º do regulamento do PDM. -----
- No artigo 62º do Regulamento do PDM será acrescentado o número 2, contendo o seguinte texto: “Para a área de intervenção do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Oliveira do Hospital vigora este Plano.”-----

-----Ainda sobre este assunto, o Vereador Mário Alves perguntou ao Presidente da Câmara se tinha alguma resposta para a questão que lhe colocou em reunião de 17 de Agosto relativamente à existência de Propriedade Horizontal numa Zona Industrial, ou seja, saber se os serviços técnicos da autarquia se debruçaram ou não sobre a mesma, se foi efectuada alguma análise e qual a conclusão em relação a essa matéria. -----

-----O Presidente da Câmara respondeu que depois de ter interpelado os técnicos da autarquia sobre o assunto, foi informado de que se trata de uma matéria que é da estrita competência da Câmara Municipal, manifestando no entanto a sua disponibilidade para solicitar parecer jurídico sobre a matéria. -----

-----O Vereador Mário Alves esclareceu que não era sua intenção insistir nesta matéria, mas sim salvaguardar qualquer problema que de futuro possa eventualmente surgir com esta questão. -----

2.2 - COMISSÃO DE MELHORAMENTOS DA GRAMAÇA - PEDIDO DE ISENÇÃO DE IMI-----

D.A.G.F.

-----Requer a isenção do pagamento de IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis, relativo ao prédio urbano sito em Gramaça, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 1047 da freguesia de Aldeia das Dez, nos termos do artigo 40º, nº 1, alínea e) do Estatuto dos Benefícios Fiscais. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----Pelos serviços foi elaborada informação em 17 de Setembro de 2010, na qual se conclui que o pedido se encontra adequadamente instruído, para que a Câmara Municipal o remeta à Assembleia Municipal, a quem compete a autorização nos termos da Lei. -----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, remeter o documento em apreço à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização da isenção do pagamento de Imposto Municipal sobre Imóveis, conforme determina o nº1 do artigo 44º do referido Estatuto, conjugado com o disposto no nº 2 do artigo 12º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro.** -----

-----Sobre o assunto, o Vereador José Carlos Mendes interveio sugerindo ao Presidente da Câmara que seja efectuada uma consulta às associações/colectividades do concelho de Oliveira do Hospital que anualmente pagam o IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, para que essas situações possam igualmente ser contempladas pela Câmara Municipal, aquando da atribuição do subsídio anual. -----

-----O Presidente da Câmara aceitou a sugestão apresentada, mostrando-se disponível para efectuar a referida consulta às associações/colectividades do concelho. -----

2.3 - PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE PESSOAL -----

D.A.G.F./DOC.3

-----**O Presidente da Câmara reconhecendo a preocupação manifestada pelos senhores vereadores, em anteriores reuniões, informou a Câmara Municipal que brevemente trará a reunião do executivo uma proposta de elaboração do novo Mapa de Pessoal bem como uma proposta de reestruturação dos serviços da Câmara Municipal, tendo a Câmara Municipal tomado conhecimento.** -----

-----**De seguida foi ainda pelo Presidente da Câmara apresentada a seguinte proposta e sobre a qual o Director de Departamento de Administração Geral e Finanças teceu algumas explicações:** -----

-----“Considerando que: -----

-----1- A lista de ordenação final do procedimento em epígrafe, por mim homologada, contém um número de candidatos aprovado superior ao dos postos de trabalho a ocupar, constituindo-se assim, nos termos do nº. 1 do artº. 40º. da Portaria nº. 83-A/2009, de 22 de Janeiro, numa reserva de recrutamento interna; -----

-----2- Maria Alice da Conceição Peres Godinho, cujo contrato a termo certo com o município terminou no dia 15 do mês em curso, ocupa o terceiro lugar naquela lista tendo sido já contratadas as duas primeiras classificadas; -----

-----3- Há cabimento orçamental e vaga no mapa de pessoal do município, conforme informação prestada pelos serviços; -----

-----4- O presente recrutamento é de manifesto interesse público, sendo indispensável para assegurar o funcionamento do Jardim de Infância de Fontanheira e restante rede de educação pré-escolar do município que urge dotar de recursos humanos adequados e bem assim conferir estabilidade ao posto de trabalho a ocupar uma vez que nos encontramos na presença de actividades de natureza permanente e que, na sua maioria têm sido asseguradas por trabalhadores com contrato por tempo determinado, cujo termo ocorre durante os anos de 2010 e 2011; -----

-----5- Em virtude do disposto no artigo 93º. conjugado com o artigo 96º. do Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas a cessação dos contratos de trabalho a termo e a sua não substituição por contrato por tempo indeterminado “impede nova admissão a termo para o mesmo posto de trabalho antes de decorrido um período de tempo equivalente a um terço da duração do contrato”, normativos cuja aplicação implicaria o encerramento de diversos serviços do município e



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

a impossibilidade de garantir serviços mínimos estritamente necessários para o dia a dia das populações;-----

-----6- Se trata de pessoal destinado ao exercício de actividades advenientes da transferência de competências do Ministério da Educação (Educação Pré-escolar);-----

-----7- O posicionamento remuneratório proposto foi aceite pela candidata;-----

Propõe-se assim, nos termos da informação mencionada no ponto três, anexa, que a Câmara Municipal delibere autorizar: -----

-----1- **A CONTRATAÇÃO**, para prestar TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO, no mapa de pessoal do município de Oliveira do Hospital, da seguinte candidata pela ordem referida naquela lista: -----

NOME

CATEGORIA

Maria Alice da Conceição Peres Godinho

Assistente operacional (auxiliar de
acção educativa)

a) POSIÇÃO

NÍVEL

2

2

-----a) Da tabela remuneratória única dos trabalhadores que exercem funções públicas, no valor actual de € 532,08. -----

-----2- Que o (s) contrato (s) em causa tenha início em **1 de Outubro de 2010 e dure por tempo indeterminado.** -----

-----3- De harmonia com o disposto no art.º 73.º do RCTFP aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 1 de Setembro que o júri responsável pelo acompanhamento e avaliação do período experimental seja o mesmo por mim designado como júri do procedimento concursal.” -----

-----**Posto à votação o assunto, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, autorizar a contratação para prestar Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, no mapa de pessoal do município de Oliveira do Hospital, da candidata Maria Alice da Conceição Peres Godinho como Assistente Operacional (Auxiliar de Acção Educativa), nos termos da informação do Director de Departamento de Administração Geral e Finanças, datada de 17 de Setembro de 2010, documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta.**-----

2.4 - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS - PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE TAXAS PARA O ANO DE 2011 -----

D.A.G.F.

-----**Pelo Presidente da Câmara foi apresentada a seguinte proposta:** -----

-----“Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, conjugado com a alínea f) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, fixar anualmente o valor da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis incidente sobre os prédios urbanos, referenciados nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 112.º do C.I.M.I. -----

-----Considerando que: -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

----- a alínea b) do n.º 1 do artigo 112º. do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, estabelece, de 0,4% a 0,7%, o intervalo de fixação da Taxa a aplicar aos prédios urbanos; -----

----- a alínea c) do n.º 1 do artigo 112º. do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, estabelece, de 0,2% a 0,4%, o intervalo de fixação da Taxa a aplicar aos prédios urbanos avaliados, nos termos do C.I.M.I.; -----

----- a actual situação económico-financeira do país aconselha à manutenção das taxas fixadas no ano anterior, pelo que: -----

-----Proponho:-----

-----Que, a Câmara Municipal delibere no sentido de propor à Assembleia Municipal, para aplicação no ano 2011, nos termos do n.º 5 do artigo 112º. do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, a fixação, em 0,65 %, da taxa prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 112º. do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, e em 0,35 %, da taxa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis”. -----

-----Sobre o assunto, o Vereador Paulo Rocha questionou o Presidente da Câmara sobre se tinha na sua posse “os dados referentes à arrecadação de receitas do IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, a 31 de Agosto ou 1 de Setembro de 2010, de forma a que se possa comparar com a mesma data do ano transacto, e perceber qual é que é a evolução em relação ao IMI” e bem assim “para percebermos se a autarquia tem ou não condições para poder, eventualmente, aligeirar, mesmo que ligeiramente, o ónus sobre os munícipes”, situação que, como explicou, só é possível perceber através da evolução da referida receita. -----

-----Interveio ainda o Vereador Mário Alves que referiu subscrever a intervenção do Vereador Paulo Rocha, manifestando no entanto a sua estranheza pelo facto do Vereador José Francisco Rolo não se ter pronunciado sobre esta matéria, uma vez que, como referiu, nos anteriores mandatos apresentava propostas de redução de IMI, o que não aconteceu hoje. Reiterou igualmente a proposta de abdicção dos 5% de IRS a que o Município tem direito, também apresentada anteriormente pelo Vereador José Francisco Rolo. Discordou ainda do argumento “...a actual situação económico-financeira do país aconselha à manutenção das taxas fixadas no ano anterior...”, constante da proposta formulada pelo Presidente da Câmara, por considerar que a actual situação económico financeira aconselha à desinflação do sistema para aliviar o orçamento das famílias. Disse ainda entender que “em função da taxa de cobrança já existente poderá eventualmente pensar-se numa redução significativa de 1%, 2% ou 3%”, o que, no seu entender já seria muito relevante em termos de orçamento familiar. Fez ainda referência ao consumo directo de água por parte dos munícipes, entendendo assim que a Câmara Municipal, embora tendo em atenção algumas situações sociais, deve vender a água sem ter prejuízo. -----

-----No que diz respeito à proposta de “abdicção dos 5% de IRS a que o Município tem direito”, o Vereador José Francisco Rolo, em resposta ao Vereador Mário Alves, esclareceu que “numa primeira fase é verdade que propus aqui a abdicção da receita de IRS, assim como propus baixarmos a taxa do IMI, a partir de um estudo comparativo que se fizesse relativamente à evolução da receita IMI, ano após ano. Com o tempo e porque sou uma pessoa responsável, percebi as condições da receita da Câmara Municipal e então reconsiderei. A dada altura, pedi várias vezes e formalmente requeri, precisamente aquilo que o Dr. Paulo Rocha hoje pediu aqui, ou seja, o tal estudo comparativo da evolução receita por valores homólogos anuais, e nunca me foi entregue para poder justificar essa tal proposta de redução do IMI. Portanto, sem haver um estudo da base de receita municipal a partir do IMI, nunca avancei com nenhuma proposta formal. Quanto ao IRS continuo a entender que é razoável, considerando uma coisa que o senhor vereador aqui disse, quando era Presidente da Câmara, e com a qual concordo, é que a redução do IRS iria favorecer as famílias com maiores recursos e eu concordei consigo. Tenho essa humildade, é essa a diferença. E



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

muitas vezes até me dizia para ir para casa comparar os Relatórios de Prestação de Contas para ver a evolução da receita”. -----

-----O Vereador Mário Alves discordando dos argumentos utilizados pelo Vereador José Francisco Rolo, referiu que, sempre que apresentava em reunião do executivo uma proposta de fixação de taxas de IMI, esclarecia logo no início da sua intervenção que o valor do IMI em 31 de Agosto era de ..., e que relativamente ao ano transacto havia uma cobrança para mais ou para menos de ...”. Verificou ainda que as receitas da autarquia, nomeadamente no que diz respeito à cobrança de taxas e licenças, também devem ter tido uma quebra significativa, razão pela qual não se opõe a votar favoravelmente à continuidade desta taxa, tendo em consideração esse aspecto. -----

-----O Vereador José Carlos Mendes realçou ainda que, na sua opinião, não serão três ou quatro mil euros de subsídios que dê às associações/colectividades que vai criar problemas no IMI, sublinhando que “é justo que se faça isso às associações”. -----

-----Posto à votação o assunto, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, propor à Assembleia Municipal, para aplicação no ano 2011, nos termos do n.º 5 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, a fixação, em 0,65 %, da taxa prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis e em 0,35 %, da taxa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis. -----

----- Neste momento, o Vereador Paulo Rocha deu por finda a sua participação na presente reunião uma vez que tem que se ausentar por motivos profissionais. -----

2.5 - LICENCIAMENTO DE OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA: -----

-----**2.5.1 - TONY RICARDO ABREU MARTINS** -----

D.A.G.F./Proc.47/9

-----Requer a concessão da licença para ocupação da via pública com esplanada, com a área de 8m², junto ao seu estabelecimento, sito na Rua Dr. António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, 28-A, na cidade de Oliveira do Hospital, para o período de 09 de Agosto a 31 de Outubro de 2010. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, deferir o pedido.-----

-----**2.5.2 - ASSUNÇÃO & TAVARES, LDA** -----

D.A.G.F./Proc.47/9

-----No seguimento da deliberação camarária de 20 de Julho de 2010 e considerando que a empresa em epígrafe, por motivos de saúde de um dos sócios gerentes não usufruiu da utilização do espaço que havia requerido para o serviço de esplanada junto ao seu estabelecimento denominado “Café Portugal”, sito na cidade de Oliveira do Hospital, durante o período de 15 de Julho a 31 de Agosto de 2010, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, anular o respectivo processo de licenciamento. -----

2.6 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS: -----

A) AUTARQUIAS: -----

-----**A-1) FREGUESIA DE OLIVEIRA DO HOSPITAL** -----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que atribua à Freguesia de Oliveira do Hospital, um subsídio no montante de **750,00 € (Setecentos e cinquenta euros)** como



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

comparticipação nas despesas tidas com o nadador salvador que prestou serviço nas Piscinas Municipais durante os meses de Agosto e Setembro.-----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta.**-----

-----**A-2) FREGUESIA DE PENALVA DE ALVA**-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----No seguimento da deliberação camarária de 31 de Agosto de 2010 o Presidente da Câmara propôs que, conforme solicitado pela entidade oficiante, a Câmara Municipal atribua à Freguesia de Penalva de Alva, um subsídio no montante de **2.500,00 € (Dois mil e quinhentos euros)** para fazer face às despesas tidas com a realização da cerimónia de trasladação das cinzas do Prof. Dr. José Vitorino de Pina Martins, no passado dia 15 do mês de Maio do corrente ano, cujo total ascende a 3.000,00 € (Três mil euros).-----

-----**Posto à discussão e votação o assunto, a Câmara Municipal nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, deliberou, por maioria, com os votos favoráveis do Presidente da Câmara e dos Vereadores José Francisco Rolo, Graça Silva, José Carlos Mendes e Telma Martinho, e a abstenção do Vereador Mário Alves, aprovar a presente proposta.**-----

-----**DECLARAÇÃO DE VOTO DO VEREADOR MÁRIO ALVES**-----

-----O Vereador Mário Alves declarou abster-se na aprovação da presente proposta por considerar excessivo o valor das despesas apresentado pela Junta de Freguesia.-----

-----**A-3) FREGUESIA DE VILA POUCA DA BEIRA**-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs que, conforme solicitado pela entidade oficiante, a Câmara Municipal atribua à Freguesia de Vila Pouca da Beira, um subsídio no montante de **5.000,00 € (Cinco mil euros)**, como apoio à aquisição de uma viatura de nove lugares destinada ao serviço comunitário daquela freguesia.-----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta.**-----

-----Ainda sobre este assunto, interveio o Vereador Mário Alves que, reportando-se à resposta do Presidente da Câmara relativamente ao envolvimento da autarquia na inauguração da exposição do Pintor Pedro Salles, que teve lugar no passado Sábado, dia 25 de Setembro, na freguesia de Vila Pouca da Beira, bem como dos custos tidos com a mesma, depois de ter sido interpelado pelo Vereador Paulo Rocha no período “Antes da Ordem do Dia”, referiu não concordar com a atribuição deste subsídio por entender que “há aqui uma discriminação ao nível de tratamento de coisas iguais e que depois são diferentes”. Disse ainda que “pelo que percebi, vai ser atribuído um subsídio à Junta de Freguesia de Vila Pouca da Beira como apoio à realização do referido evento, nomeadamente para fazer face às despesas tidas com a divulgação do mesmo”.-----

-----O Presidente da Câmara respondeu que não iria ser atribuído qualquer subsídio para o efeito.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----Ao que o Vereador Mário Alves questionou de seguida aquele responsável relativamente à forma como então iria ser paga a publicidade do evento que ascende a 1.000,00 €, como referido anteriormente pelo Sr. Presidente da Câmara. -----

-----O Presidente da Câmara disse desconhecer se se tratou de um procedimento efectuado pela Junta de Freguesia ou se se tratou de um ajuste directo promovido pela autarquia.-----

-----O Vereador Mário Alves referiu que “então o Sr. Presidente da Câmara não pode dizer aquilo que disse há pouco, ou seja, dizer que aquele evento foi da responsabilidade da Junta de Freguesia de Vila Pouca da Beira. Então e depois a Câmara Municipal é que paga, não pode.” Mais referiu que “o senhor agora está a dizer coisa diferente da que disse há pouco. Ainda há pouco dizia que “o evento foi da responsabilidade da Junta de Freguesia e que foi gasto na ordem dos mil euros em publicidade”. Lembrou no entanto que os cartazes publicitários do evento também faziam referência à actuação de um funcionário da autarquia o que lhe deixa sérias dúvidas em termos de legalidade. -----

B) INSTITUIÇÕES:-----

-----**B-1) IRMANDADE DE SANTA MARINHA – ANDORINHA**-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----Presente o ofício nº 42/10, datado de 21 de Setembro, remetido pela Irmandade de Santa Marinha da localidade de Andorinha, freguesia de Travanca de Lagos, a solicitar apoio financeiro para a realização de obras de melhoria na Capela Mortuária daquela localidade, nomeadamente limpeza, reparação e pintura das paredes exteriores e interiores, bem como pintura dos tectos. -----

-----Assim e de acordo com o orçamento apresentado, o Presidente da Câmara propôs que, conforme solicitado pela entidade oficiante, a Câmara Municipal atribua à Irmandade de Santa Marinha da localidade de Andorinha, um subsídio no montante de **1.500,00 € (Mil e quinhentos euros)**. -----

-----Analisado o assunto e considerando o valor em apreço, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros, e sob proposta do Presidente da Câmara, adiar a sua análise e discussão para uma próxima reunião.-----

-----**B-2) GRUPO DESPORTIVO DE ALVÔCO DAS VÁRZEAS**-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua ao Grupo Desportivo de Alvôco das Várzeas, um subsídio no montante de **2.500,00 € (Dois mil e quinhentos euros)** como apoio à construção de umas casas de banho públicas no Campo da Baloita, na freguesia de Alvôco das Várzeas. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta.-----

C) ACCÃO SOCIAL-----

-----**C-1) - ATRIBUIÇÃO DE AUXÍLIO ECONÓMICO DE EMERGÊNCIA - MIGUEL PAULO FERREIRA NEVES**-----

D.A.G.F./Proc.53

-----O Presidente da Câmara de acordo com o teor da Informação Social nº 68/GASS, datada de 16 de Setembro do ano em curso, propôs à Câmara Municipal que atribua ao Sr. Miguel Paulo



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Ferreira Neves, residente na Rua D. Rainha Mafalda, na freguesia de Seixo da Beira, um auxílio económico de emergência no valor de **1.000,00 € (Mil euros)**-----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, aprovar a presente proposta.**-----

D) CONCURSO MUNICIPAL DE IDEIAS DE NEGÓCIO "EMPREENDER +" - PAGAMENTO DE PRÉMIO-----

D.A.G.F.

-----No seguimento da deliberação camarária de 7 de Fevereiro de 2010, foi presente pelo Presidente da Câmara uma carta, remetida pelo promotor da Ideia de Negócio "OHphicina das Artes", premiada a 7 de Outubro de 2009, com o 2º lugar, no âmbito do Concurso Municipal de Ideias de Negócio "Empreender +", procedendo à entrega da documentação exigida pelo artigo 8º do regulamento do respectivo concurso, para efeitos de recebimento do montante restante do prémio a que tem direito nos termos do nº 1 do artigo 8º do mesmo regulamento, devidamente instruída com informação do Director de Departamento de Administração Geral e Finanças, datada de 08 de Setembro de 2010, documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta. -----

-----Considerando o disposto no nº 1 do artigo 8º do Regulamento do Concurso Municipal de Ideias de Negócio "Empreender +", que refere que ao segundo classificado cabe um prémio no montante de 10.000,00 € (Dez mil euros); -----

-----Considerando que nos termos do nº 2 do referido artigo, os prémios serão pagos em 10% do seu valor na data estabelecida no número 1 do artigo 4º, ou seja, em 7 de Outubro de cada ano, data do Feriado Municipal, e o "*restante mediante apresentação, por parte dos promotores da ideia de negócio, de documentos comprovativos da constituição da empresa ou do início da actividade, no caso de empresários em nome individual, bem como de documentos de despesa (factura, factura-recibo, outros legalmente aceites) comprovativos da aplicação, na aquisição de equipamento e material necessário ao desenvolvimento da actividade, de um montante no mínimo igual ao valor do prémio atribuído, na condição subjacente de terem sede ou delegação na área do concelho de Oliveira do Hospital*", e tendo-se verificado que o mesmo não reúne as condições do referido nº 2, pelo facto do montante aplicado 5.495,14 € (Cinco mil, quatrocentos e noventa e cinco euros e catorze cêntimos) na aquisição de equipamento e material necessário ao desenvolvimento da actividade, somado ao valor de 2.236,48 € (Dois mil, trezentos e trinta e seis euros e quarenta e oito cêntimos) totalizar 7.731,62 € (Sete mil, setecentos e trinta e um euros e sessenta e dois cêntimos) ser inferior ao valor do prémio atribuído (10.000,00 €); -----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes e nos termos da informação prestada pelo Director do Departamento de Administração Geral e Finanças, autorizar o pagamento da importância de 495,14 € (Quatrocentos e noventa e cinco euros e catorze cêntimos).**-----

-----Foi igualmente deliberado oficial o premiado para nos termos do artigo 8º do Regulamento do Concurso Municipal de Ideias de Negócio "Empreender +" proceder à entrega de facturas e recibos comprovativos do dispêndio de pelo menos 2.268,38 € (Dois mil, duzentos e sessenta e oito euros e trinta e oito cêntimos) a fim de que a Câmara Municipal possa autorizar o pagamento do montante restante do prémio. -----

2.7 - OBRAS PARTICULARES:-----

2.7.1 - LISTAGEM DE PROJECTOS DEFERIDOS E INDEFERIDOS-----

D.A.G.F./DOC.4



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os processos de licenciamento de obras particulares, no período compreendido entre 10 e 23 de Setembro de 2010, conforme listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

2.8 - OBRAS MUNICIPAIS: -----

2.8.1 - CEDÊNCIA DE TERRENOS PARA EXECUÇÃO DA OBRA "ESTRADA DO VALE DO VALE, 3ª FASE - TROCO III - ALDEIA DAS DEZ/ VALE DE MACEIRA" - LISTAGEM DE PROPRIETÁRIOS-----

D.S.T./DOC.5

-----No seguimento de diversas solicitações efectuadas pelo Vereador Mário Alves, em anteriores reuniões da Câmara Municipal, o Presidente da Câmara entregou aos senhores vereadores uma listagem dos acordos estabelecidos com proprietários de parcelas de terreno ocupadas com a obra mencionada em epígrafe, devidamente instruída com informação dos serviços, datada de 22 de Setembro de 2010, documento que se anexa, e que fica a fazer parte integrante desta acta, dando conta da necessidade de formalizar documentalmente o acordo de cedência com os proprietários da parcela de terreno nº 178, pelo facto da mesma ter sido ocupada sem que essa ocupação estivesse inicialmente prevista. -----

-----Sobre o assunto, o Vereador Mário Alves dirigiu-se ao Presidente da Câmara e, referindo-se à listagem que lhe foi distribuída, disse o seguinte, “questionado várias vezes por mim disse que não havia, nem tinha conhecimento de quaisquer contrapartidas. Entretanto, aparece aqui nesta lista um conjunto de contrapartidas que levam, necessariamente, à realização de trabalhos, e eventualmente de trabalhos a mais, e que, pelo que depreendo já foram executados”. -----

----- O Presidente da Câmara disse no entanto desconhecer se as situações existentes foram negociadas ainda no anterior mandato, se já no actual mandato.-----

-----O Vereador Mário Alves disse que “a ter sido negociado no anterior mandato teria que ter existido aprovação de quem de direito, o que não aconteceu”. Sublinhou ainda que “no anterior mandato apenas se realizou uma reunião com os proprietários dos terrenos em causa para lhes dar conta do que é que Câmara Municipal iria assumir em termos de custos de terrenos, ou seja, 2,50 € (Dois euros e cinquenta cêntimos) o terreno de pinhal, e 5,00 € (Cinco euros) o terreno agrícola. No seguimento dessa reunião, as aquisições das parcelas de terreno necessárias à elaboração da obra foram todas aprovadas em reunião da Câmara Municipal. No entanto, houve outras situações em que os terrenos foram cedidos com contrapartidas e que deveriam ter sido sujeitos à aprovação da Câmara Municipal, o que não aconteceu. E pelos vistos, sem que o Sr. Presidente da Câmara também se tenha pronunciado sobre os mesmos uma vez que afirmou desconhecer a existência de contrapartidas. E se não teve conhecimento é porque foi feito à sua revelia.” -----

-----O Presidente da Câmara disse no entanto entender que as situações relacionadas com a reparação de muros devem, na sua opinião, ser acauteladas. -----

-----O Vereador Mário Alves lembrou que muitas das situações relacionadas com reparação de muros, se não constarem do respectivo projecto, terão que na mesma ser objecto de apreciação pela Câmara Municipal. Teceu ainda algumas considerações relativamente às novas regras para elaboração de trabalhos a mais em empreitadas, no âmbito do novo Código dos Contratos Públicos, tendo o Presidente da Câmara referido que, no caso da empreitada em apreço, pensa que irão existir é trabalhos a menos. Entende assim o Vereador Mário Alves que a listagem que lhe foi entregue não suporta a informação que pretende saber, ou seja, qual a estimativa de custos para cada uma das intervenções previstas na mesma, resultantes da cedência de terrenos com contrapartidas. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----Posto à votação o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, aprovar as contrapartidas constantes da listagem, que se anexa, e que fica a fazer parte integrante desta acta, e bem assim proceder ao pagamento de uma indemnização no montante de 237,50 € (Duzentos e trinta e sete euros e cinquenta cêntimos) à D. Ilda Pais de Jesus e marido Henrique Rodrigues Quintino, residentes na Rua do Outeiro, 34-A, na freguesia de Avô, pela ocupação da parcela de terreno nº 178, com a área de 95,00 m2, com vista à execução da empreitada de "Estrada do Vale do Vale, 3ª Fase - Troço III - Aldeia das Dez/ Vale de Maceira". -----

-----**DECLARAÇÃO DE VOTO DO VEREADOR MÁRIO ALVES**-----

-----O Vereador Mário Alves declarou votar favoravelmente a proposta apresentada, ressalvando no entanto que deverá ser apresentado um orçamento relativo a cada uma das intervenções previstas na mesma, e ser remetido em simultâneo um ofício a cada um dos proprietários manifestando o reconhecimento da Câmara Municipal pela cedência dos terrenos que permitiram a execução da empreitada "Estrada do Vale do Vale, 3ª Fase - Troço III - Aldeia das Dez/ Vale de Maceira".-----

----- Neste momento, a Vereadora Telma Martinho deu por finda a sua participação na presente reunião uma vez que tem que se ausentar por motivos profissionais. -----

-----**2.8.2 - PONTO DE SITUAÇÃO: PROVERE – ALDEIAS DO XISTO**-----

D.A.G.F./DOC.6

-----No seguimento das solicitações efectuadas pelo Vereador Paulo Rocha, em anteriores reuniões da Câmara Municipal, o Presidente da Câmara entregou aos senhores vereadores cópia da informação prestada pelo Arquitecto Coordenador do GTL, datada de 27 de Setembro do corrente ano, a dar conta do ponto de situação relativamente às candidaturas apresentadas pelo Município de Oliveira do Hospital no âmbito do programa PROVERE- Aldeias do Xisto – ADXTUR, documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta. -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2.9 - ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO:-----

-----**2.9.1 - MAPA DE TRANSPORTES**-----

D.A.G.F./DOC.7

-----Nos termos do disposto no nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, o Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os pedidos de cedência de transportes, no período compreendido entre 13 e 27 de Setembro de 2010, conforme mapa que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

2.10 - ASSUNTOS DOS SENHORES VEREADORES:-----

-----**2.10.1 - PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL E OS FORMANDOS DO CURSO DE NADADORES-SALVADORES**-----

D.A.G.F./DOC.8 a 20

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal, nos termos do disposto no nº. 3 do artigo 68º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a ratificação dos Protocolos, que se



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

anexam, e que ficam a fazer parte integrante desta acta, celebrados entre o Município de Oliveira do Hospital e os Formandos do Curso de Nadadores Salvadores no passado dia 4 de Agosto de 2010, visando a constituição de uma bolsa de nadadores-salvadores destinada a assegurar, o exercício daquela actividade pelos mesmos, nos próximos três anos, na época balnear.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, aprovar a presente proposta. -----

3 - OUTROS ASSUNTOS:-----

-----Sob proposta do Presidente da Câmara, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e nos termos do artº 19º do Decreto-Lei 442/91, de 15 de Novembro, na actual redacção, incluir na Ordem do Dia os seguintes assuntos: -----

3.1 – ADI – AGÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE TÁBUA E OLIVEIRA DO HOSPITAL -----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que atribua à ADI – Agência para o Desenvolvimento Integrado de Tábua e Oliveira do Hospital, um subsídio no montante de **35.000,00 € (Trinta e cinco mil euros)** para fazer face a despesas de funcionamento relacionadas com a realização da EXPOH/2010, manifestando a sua disponibilidade para fazer chegar as contas do referido evento aos senhores vereadores. -----

-----Em virtude do Vereador José Francisco Rolo ser em simultâneo o Presidente da Direcção da ADI, ausentou-se da sala de reuniões no momento da discussão, apreciação e votação da presente proposta.-----

-----Posto à votação o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos favoráveis do Presidente da Câmara e dos Vereadores Graça Silva, José Carlos Mendes e a abstenção do Vereador Mário Alves, nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

-----Ainda sobre este assunto, o Vereador Mário Alves manifestou interesse em ter acesso às contas da EXPOH, questionando o Presidente da Câmara relativamente ao número de facturas que foram pagas pela autarquia para a realização desta actividade, sublinhando que “isto não tem a ver só com subsídios, mas sim com facturas que eu sei que foram pagas através do município e que tiveram a ver directamente com a EXPOH, e portanto, temos aqui um duplo financiamento”. Referiu igualmente tratar-se de uma questão extremamente importante e que no seu entender importa esclarecer. -----

-----Os vereadores eleitos pelo Grupo de Cidadãos eleitos pelo Oliveira do Hospital Sempre – OHS manifestaram igualmente interesse em ter acesso às contas da EXPOH. -----

-----Sobre o assunto, o Presidente da Câmara questionou igualmente o Vereador Mário Alves sobre quantas vezes é que relativamente à realização das Festas de Verão prestou contas ao executivo.-----

-----O Vereador Mário Alves deu conta que o único espectáculo promovido pela ADI, aquando da realização das Festas de Verão, foi o de “Tony Carreira”. -----

-----O Presidente da Câmara esclareceu que os pagamentos efectuados pela Câmara Municipal no âmbito da EXPOH foram sobretudo relacionados com trabalho extraordinário desenvolvido por funcionários do Município que estiveram ao serviço durante a realização daquele evento, e que não foram lançados nas contas da ADI.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Vereador Mário Alves esclareceu que não estava a querer por em causa a realização do evento mas sim obter esclarecimentos sobre os custos do mesmo, uma vez que, depois de ter interpelado o Presidente da Câmara sobre o assunto, em reunião de 20 de Julho de 2010, informou que “a organização da EXPOH era conjunta da ADI e da Câmara Municipal, sendo que, a organização financeira era da responsabilidade da ADI”.-----

-----O Vereador Mário Alves referiu que “na prática, aquilo que o executivo em permanência pretende dar a entender é que a EXPOH custou 60.000,00 € (Sessenta mil euros), e isso não corresponde à realidade. E portanto, aquilo que eu quero saber é, quanto é que custou a EXPOH, porque, para mim, custou muito mais que isso”.-----

-----O Presidente da Câmara dirigindo-se ao Vereador Mário Alves disse desconhecer a identidade dos seus “informadores”, garantindo no entanto que as “informações” que lhe foram transmitidas, não batem certo.-----

-----O Vereador Mário Alves esclareceu que nada tem a ver com “informadores”, mas sim de muitos anos de experiência que lhe permitem perceber que a EXPOH não se fez só com 60.000 euros.- -----

3.2 – ÁGUAS DO ZÊZERE E CÔA, S.A.-----

D.A.G.F./Proc.42/19/DOC.21

-----Presente o ofício de referência nº 4815/2010, datado de 22 de Setembro, remetido pela empresa Águas do Zêzere e Côa a remeter cópia do Despacho da Sra. Ministra do Ambiente e do Ordenamento do Território, com a aprovação das tarifas para o corrente ano, documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

3.3 – EMPREITADA DE “CONSTRUÇÃO DE CENTRO EDUCATIVO DE NOGUEIRA DO CRAVO” – APROVAÇÃO DO PROJECTO, CADERNO DE ENCARGOS E ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO-----

D.S.T./DOC.22

-----Presente o projecto de “Construção do Centro Escolar de Nogueira do Cravo”, tendo o Presidente da Câmara referido que o prazo de candidatura com vista ao financiamento da obra já se iniciou, terminando no dia 29 de Outubro, razão pela qual se torna imperioso que a Câmara Municipal agilize todo o processo de adjudicação da empreitada, o qual terá que ser desenvolvido no âmbito da modalidade de “Concurso Público Urgente”. Deu ainda conta que, caso se verifique a aprovação da respectiva candidatura, já está assegurado um financiamento no âmbito do QREN que será na ordem de um milhão e meio de euros. Explicou igualmente que o número de salas inicialmente previsto em projecto eram de 8 para o 1º CEB e 4 para o Ensino Pré-Escolar, e que, por força de uma alteração desencadeada pela DREC e pelo Gabinete de Planeamento do Ministério da Educação o número de salas para o 1º CEB foi reduzido para 6 salas.-----

-----Sobre o assunto, o Vereador José Carlos Mendes referiu-se à Carta Educativa do Concelho de Oliveira do Hospital sublinhando que “já algum tempo, quando abordei este assunto em reunião do executivo, foi-me dito que havia sido efectuado um pequeno ajustamento à Carta Educativa do concelho”. Prosseguiu questionando o Presidente da Câmara relativamente aos alunos que irão “absorver” este Centro Escolar, salientando que se trata de uma questão que, na sua opinião, é muito relevante para a tomada de uma decisão sobre o assunto.-----

-----A Vereadora Graça Silva deu conta que a nível do 1º CEB os alunos que irão ser transferidos para o Centro Escolar em apreço serão os das localidades de Galizes, Santa Ovaia,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Senhor das Almas e de Nogueira do Cravo, sublinhando que o mesmo acontecerá ao nível do Pré-escolar. -----

-----O Vereador José Carlos Mendes perguntou ainda ao Presidente da Câmara se já havia dialogado com as autarquias envolvidas na cedência de alunos. -----

-----O Vereador Mário Alves insurgiu-se relativamente ao valor previsto para a obra em causa referindo que “é um milhão e meio de euros deitado para a rua”, e bem assim quanto à transferência dos alunos da freguesia de Santa Ovaia para o referido Centro Escolar de Nogueira do Cravo sublinhando que “como é que é possível, tendo uma escola na Ponte das Três Entradas, que não tem alunos, e os alunos da freguesia de Santa Ovaia irem para Nogueira do Cravo, isso “não cabe na cabeça de ninguém, ter um investimento de um milhão e meio de euros para ficar deserto...”. -----

-----O Presidente da Câmara disse no entanto que, na sua opinião, a freguesia de Nogueira do Cravo só irá beneficiar com a criação deste Centro Escolar, dada a sua proximidade com a cidade de Oliveira do Hospital. Deu ainda conta que a construção desta infraestrutura foi objecto de parecer favorável emitido pela DREC. -----

-----O Vereador José Carlos Mendes referiu no entanto entender que, face à complexidade do projecto em apreço, deveria ter existido um cuidado acrescido no envio atempado do processo em causa a todos os vereadores, de forma a permitir que cada um pudesse ter efectuado um estudo mais aprofundado sobre os documentos em análise. -----

-----O Presidente da Câmara referiu que o atraso na remessa do processo em causa se deveu à alteração do número de salas de que foi objecto por parte da DREC. -----

-----O Vereador José Carlos Mendes disse compreender a justificação apresentada, considerando no entanto que, apesar de ser favorável à construção do referido Centro Escolar, estará a dar o aval a uma obra que à partida não analisou devidamente. Disse assim entender que, aquilo que está errado é ter que decidir sobre um processo ao qual só agora tiveram acesso. -----

-----O Vereador Mário Alves disse assim que por tudo aquilo que já referiu e porque entende que se trata de um investimento elevado e não justificável, por todas as razões que estão consubstanciadas, e que estavam consubstanciadas na carta Educativa do Concelho de Oliveira do Hospital, irá abster-se na votação da presente proposta, referindo que “mais uma vez vai ser cometido um “erro de palmatória” e quem vai “pagar isso são os oliveirenses”. -----

-----O Presidente da Câmara dirigindo-se ao Vereador Mário Alves referiu que “erro foi o que se fez em Oliveira do Hospital, por não ter aproveitado a oportunidade que tinha na altura, pois se assim fosse poderíamos, hoje, ter um moderno Centro Escolar em Oliveira do Hospital como tantos outros municípios fizeram”. -----

-----O Vereador Mário Alves disse o seguinte “erro, Sr. Presidente, é nós sermos pobres e querermos fazer o papel de grandes e ricos, esse é que é o erro. E é aquilo que o senhor está a querer fazer agora, ou seja, não tem dinheiro, fala nas prioridades em termos de saneamento, mas entretanto constrói primeiro piscinas em vez do saneamento básico na freguesia de Seixo da Beira”. -----

-----O Presidente da Câmara referiu que “realmente é verdade senhor vereador, a freguesia de Seixo da Beira tem grandes problemas a nível do saneamento básico e que já estamos a resolver com a Águas do Zêzere e Côa. Portanto está enganado, nós é que chegámos cá e não tínhamos nada, mas também não gastámos dinheiro, nem a fazer o projecto, porque este foi da responsabilidade da Águas do Zêzere e Côa”. -----

-----O Vereador José Carlos Mendes referiu não se opor ao financiamento em causa sublinhando que “acho que é fundamental criar condições aos jovens da freguesia de Nogueira do Cravo para terem um ensino de qualidade. Acho que se deve aproveitar ao máximo os fundos comunitários existentes que permitam resolver essa situação, e se pudermos fazer uma obra de qualidade não vamos fazer uma obra que não tenha financiamento e remodelar um edifício que não dê respostas



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

aos alunos. Entendo apenas que aquilo que me causa algum “engulho” é o facto de só agora ter tido acesso ao processo”. -----

-----O Presidente da Câmara deu conta que só ontem é que o processo também chegou à Câmara Municipal razão pela qual não foi possível enviá-lo aos senhores vereadores. -----

-----Assim, a Câmara Municipal sob proposta do Presidente da Câmara e nos termos do disposto no nº2 do artigo 52º do Decreto-Lei nº 72-A/2010, de 18 de Junho, conjugado com o disposto no artigo 155º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (CCP), deliberou, por maioria, com os votos favoráveis do Presidente da Câmara e dos Vereadores José Francisco Rolo, Graça Silva, José Carlos Mendes e a abstenção do Vereador Mário Alves, e com base na informação técnica, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, abrir concurso público urgente para a empreitada de “CONSTRUÇÃO DE CENTRO EDUCATIVO DE NOGUEIRA DO CRAVO” e aprovar os respectivos, programa de concurso, caderno de encargos e projecto, cujo orçamento se releva a 1.663.000,00 € (Um milhão, seiscentos e sessenta e três mil euros). -

-----Ainda que nos termos do artº 155º e seguintes do CCP a constituição do júri não seja obrigatória no presente procedimento dado que se trata de uma empreitada em que se torna necessário a análise de um conjunto de documentação, a Câmara Municipal, deliberou ainda, por unanimidade, designar como júri do procedimento em epígrafe os senhores: -----

----- **Efectivos:** -----

----- **Presidente** – Engº Manuel de Melo Cruz, Técnico Superior;-----

----- Dr. João Manuel Nunes Mendes, Director do Departamento de Administração Geral e Finanças;-----

----- - Dra. Ana Raquel Leitão Monteiro Simão Oliveira, Técnica Superior. -----

----- **Suplentes:** -----

----- - Engº Fernando António Prata Durães, Chefe de Divisão dos Serviços Urbanos; -----

----- Engº Fernando António Amaral Vicente, Técnico Superior. -----

-----**DECLARAÇÃO DE VOTO DO VEREADOR MÁRIO ALVES**-----

-----O Vereador Mário Alves declarou abster-se na votação da proposta apresentada pelas razões acima aduzidas e bem assim pelo facto de considerar que não estão reunidas as condições necessárias para se poder pronunciar sobre os documentos em análise, dado só, neste momento, ter tido acesso ao respectivo processo”.-----

----- **Neste momento, o Vereador José Carlos Mendes deu por finda a sua participação na presente reunião uma vez que tem que se ausentar por motivos profissionais.** -----

3.4 - PROMOÇÃO/ RECONHECIMENTO DO SUCESSO ESCOLAR - ATRIBUIÇÃO DE PRÉMIOS-----

D.A.G.F./DOC.23 e 24

-----Nos termos das Normas para a Atribuição de Prémios no Âmbito da Promoção/ Reconhecimento do Sucesso Escolar, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, atribuir os seguintes prémios aos melhores alunos do Ensino Secundário (Escola Secundária c/ 3º Ciclo do Ensino Básico de Oliveira do Hospital) e do Ensino Profissional (EPTOLIVA – Escola Profissional de Oliveira do Hospital), conforme comunicações que se anexam e que ficam a fazer parte integrante desta acta. -----

-----Tendo em conta que se trata do primeiro ano em que a escola secundária dispõe de um candidato ao prémio no âmbito do ensino profissional e em que as médias finais de curso



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

apresentadas, quer pela EPTOLIVA, quer pela Escola Secundária, são equivalentes, foi ainda deliberado atribuir, a título excepcional, dois prémios de mérito a nível do Ensino Profissional. -----

Ensino Secundário		
Nome	Ano de escolaridade	Prémio
Marta Susana Duarte de Figueiredo Lobo	10º	500,00 €
Maria Beatriz Antunes Seabra Ferreira de Brito	11º	500,00 €
Carolina Beatriz Antunes da Mota Nunes Mendes	12º	500,00 €

Ensino Profissional		
Nome	Curso	Prémio
Tânia Isabel Mendes Coimbra	Curso Profissional (Nível III) Técnico de Apoio Psicossocial - Escola Secundária de Oliveira do Hospital -	500,00 €
Patrícia Isabel Fernandes da Silva	Curso Profissional de Técnico de Turismo - EPTOLIVA -	500,00 €

----- APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA -----

-----De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a Câmara Municipal deliberou, **por todos os membros presentes**, aprovar a presente acta em minuta. -----

-----A presente acta foi distribuída a todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respectiva leitura conforme determina o n.º 4 do D. L. 45.362, de 21 de Novembro de 1963. -----

----- CONCLUSÃO DA ACTA -----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente encerrada a reunião, pelas **treze horas e quarenta e cinco minutos**, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente assinada pelos Senhores Vereadores que o desejarem e que eu, _____, na qualidade de secretário redigi. -----



**REUNIÃO ORDINÁRIA DE
28 DE SETEMBRO DE 2010**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL**

-----Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, 28 de Setembro de 2010-----

Presidente

Vereadores



**REUNIÃO ORDINÁRIA DE
28 DE SETEMBRO DE 2010**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL**

**Documentos anexados ao final desta acta ao abrigo do
Decreto-Lei 334/82, de 19 de Agosto.**